

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA,  
DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL  
FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS  
RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CAMARGO CORRÊA CONSTRUÇÕES E  
PARTICIPAÇÕES S.A.**

entre

**CAMARGO CORRÊA CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.,**  
*(Emissora),*

**PLANNER TRUSTEE DTVMLTD.**  
*(Agente Fiduciário)*

e

**CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A.,**  
*(Garantidora)*

Celebrada em

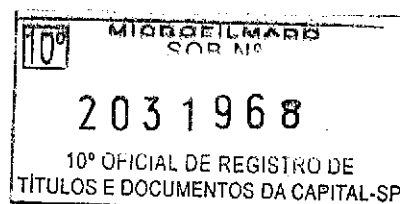
13 de novembro de 2013



2031968

## ÍNDICE

1. TERMOS DEFINIDOS .....	9
2. AUTORIZAÇÃO.....	10
3. DOS REQUISITOS .....	10
4. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO.....	12
5. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES.....	13
6. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO .....	23
7. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA .....	30
8. DO AGENTE FIDUCIÁRIO.....	35
9. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS .....	42
10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO.....	43
11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA .....	46
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	48
13. FORO.....	51



2031968

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas ("Partes"):

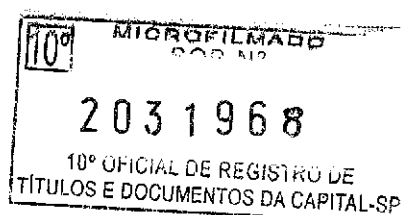
**CAMARGO CORRÊA CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 7º, 8º e 9º andares (parte), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.196.609/0001-02, com NIRE 35300372671, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "Emissora");

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404/76, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "Agente Fiduciário"); e

na qualidade de interveniente anuente e fiadora,

**CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.522.512/0001-02, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "Garantidora");

celebram o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Camargo Corrêa Construções e Participações S.A.", nos termos e condições abaixo:



2013

*Este glossário é parte integrante do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Camargo Corrêa Construções e Participações S.A.".*

## GLOSSÁRIO

AGD	Assembleia Geral de Debenturistas.
AGE	Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 13 de novembro de 2013, que aprovou a presente Emissão.
Agente Fiduciário	Planner Trustee DTVM Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46.
Amortização Extraordinária Facultativa	A Amortização Extraordinária Facultativa parcial das Debêntures, na forma prevista no item 6.3 abaixo.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Banco Liquidante	Banco Bradesco S.A.
CETIP	CETIP S.A. – Mercados Organizados.
Cetip21	CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme



alterado.

Contrato de Colocação

“Instrumento Particular de Colocação com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, sob Regime de Garantia Firme, da 1ª Emissão Pública da Camargo Corrêa Construções e Participações”, celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora.

Coordenador Líder

BB - Banco de Investimento S.A., instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.933.830/0001-30.

CVM

Comissão de Valores Mobiliários.

Data de Emissão

29 de novembro de 2013.

Data da Integralização

Data da efetiva subscrição e integralização das Debêntures.

Data de Pagamento  
de Remuneração

Datas em que a Emissora pagará a Remuneração aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura.

Data de Vencimento

29 de novembro de 2018.

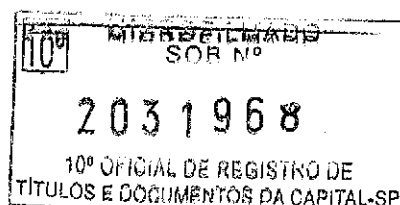
Debêntures

As 47.000 (quarenta e sete mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, da 1ª emissão da Camargo Corrêa Construções e Participações S.A.

Debêntures em Circulação

Para fins de observação de quórum, todas as Debêntures subscritas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) as de titularidade de (a) empresas

5



DOESP  
2011

controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) empresas controladoras, direta ou indiretamente, da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau, as quais serão consideradas debêntures em mercado.

Debenturistas

Os titulares das Debêntures.

Dia Útil

Qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional.

DOESP

Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Emissão

1ª (primeira) Emissão de debêntures da Emissora.

Emissora

A Camargo Corrêa Construções e Participações S.A.

Encargos Moratórios

Encargos moratórios previstos no item 5.9.3 desta Escritura.

Escritura

O presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Camargo Corrêa Construções e Participações S.A.

Escriturador Mandatário

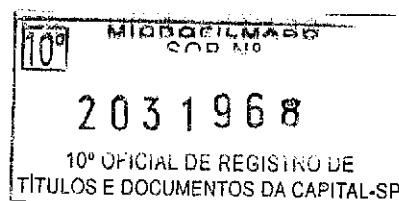
Banco Bradesco S.A.

Garantia Fidejussória

A fiança prestada pela Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., conforme item 5.11 desta Escritura.

Garantidora

A Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.



IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
Instrução CVM nº 28/83	Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.
Instrução CVM nº 358/02	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM nº 409/04	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM nº 476/09	Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.
Investidores Qualificados	São os investidores qualificados definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, que (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura e no Contrato de Colocação; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, deverão subscrever, no âmbito da oferta pública das Debêntures, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei nº 6.385/76	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.



2031968

Lei nº 6.404/76

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

MDA

MDA – Módulo de Distribuição de Ativos.

NIRE

Número de Identificação no Registro de Empresas

Período de Capitalização

Intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

Prêmio

Prêmio de resgate ou de amortização antecipada das Debêntures, calculado conforme o item 6.4 desta Escritura.

RCA da Garantidora

Reunião do Conselho de Administração da Garantidora realizada em 13 de novembro de 2013, na qual foi aprovada a outorga da Garantia Fidejussória.

Resgate Antecipado Facultativo

O resgate antecipado facultativo das Debêntures, na forma prevista no item 6.2 abaixo.

Remuneração

Juros correspondentes à variação acumulada 109,60% (cento e nove inteiros e sessenta centésimos por cento) da Taxa DI, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do

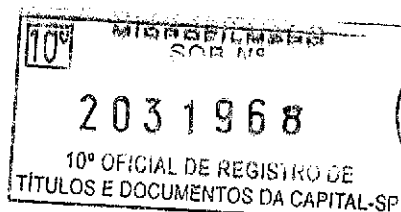




Figure 1 consists of six sub-diagrams labeled (a) through (f), each showing a rectangular domain with a central square hole. The diagrams illustrate different geometric configurations and internal structures. (a) shows a simple rectangular domain with a central square hole. (b) shows a rectangular domain with a central square hole and a smaller square hole inside it. (c) shows a rectangular domain with a central square hole and a smaller square hole inside it, with a different internal structure. (d) shows a rectangular domain with a central square hole and a smaller square hole inside it, with a different internal structure. (e) shows a rectangular domain with a central square hole and a smaller square hole inside it, with a different internal structure. (f) shows a rectangular domain with a central square hole and a smaller square hole inside it, with a different internal structure.

Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>).

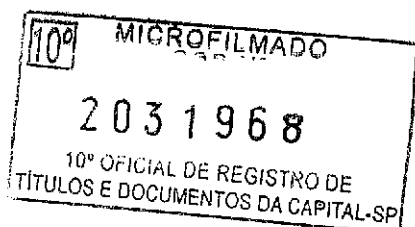
Valor Nominal ou Valor Nominal Unitário	O valor nominal unitário de cada Debênture, equivalente a R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.
-----------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**Valores Garantidos**

Valor total das obrigações inerentes à Emissão, que inclui: (i) o Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, calculados nos termos desta Escritura; e (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive, mas não limitado, quando houver, aos gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais prepostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas e verbas indenizatórias, quando houver.

**CLÁUSULA I**  
**TERMOS DEFINIDOS**

1.1 Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído no Glossário constante desta Escritura.



**CLÁUSULA II  
AUTORIZAÇÃO**

2.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada pela AGE realizada em 13 de novembro de 2013.

**CLÁUSULA III  
DOS REQUISITOS**

3.1 A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

*3.1.1 Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias*

3.1.1.1 A ata da AGE e a ata da RCA da Garantidora serão devidamente arquivadas na JUCESP.

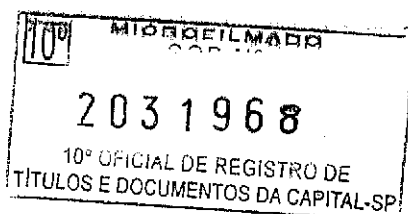
3.1.1.2 Adicionalmente, a ata da AGE, em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 da Lei nº 6.404/76, bem como a ata da RCA da Garantidora serão publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Brasil Econômico, edição nacional.

*3.1.2 Inscrição e Registro da Escritura*

3.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, conforme disposto do artigo 62, II, e parágrafo 3º do mesmo artigo da Lei nº 6.404/76, devendo ser levados a registro, pela Emissora, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua(s) assinatura(s) pela Emissora, pela Garantidora e pelo Agente Fiduciário. No prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do referido registro, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura, e de seus eventuais aditamentos, devidamente registrada na JUCESP.

*3.1.3 Registro na CVM*

3.1.3.1 A presente Emissão, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, previsto no artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385/76, conforme previsto no artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09.



2031968

### 3.1.4 *Registro na ANBIMA*

3.1.4.1 Conforme disposto no artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", a oferta pública de distribuição das Debêntures está automaticamente dispensada de registro perante a ANBIMA.

### 3.1.5 *Registro da Garantia Fidejussória*

3.1.5.1 Adicionalmente, nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, em razão da Garantia Fidejussória, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas das sedes das partes desta Escritura, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua(s) assinatura(s) pela Emissora, pela Garantidora e pelo Agente Fiduciário. No prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do referido registro, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura, e de seus eventuais aditamentos, devidamente registrada em tais Cartórios.

### 3.1.6 *Registro para Colocação e Negociação*

3.1.6.1 As Debêntures serão registradas para (i) distribuição pública por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação, observado o disposto no item 3.1.6.2 abaixo, no mercado secundário por meio do Cetip21, também administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.1.6.2. Não obstante o descrito no item 3.1.6.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado, observado o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, (i) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, e (ii) nos termos do artigo 15 da Instrução CVM nº 476/09, (a) entre Investidores Qualificados, ou (b) entre quaisquer investidores, na hipótese



de a Emissora obter o registro de emissor perante a CVM, de que trata o artigo 21 da Lei nº 6.385/76.

#### **CLÁUSULA IV DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

##### **4.1 Objeto Social da Emissora**

4.1.1 A Emissora é uma *holding*, tendo por objeto a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, podendo constituir-las, organizá-las e adquiri-las.

##### **4.2 Número da Emissão**

4.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora, para distribuição pública com esforços restritos.

##### **4.3 Número de Séries**

4.3.1 A Emissão será realizada em série única.

##### **4.4 Valor Total da Emissão**

4.4.1 O montante total da Emissão será de R\$470.000.000,00 (quatrocentos e setenta milhões de reais), na Data de Emissão.

##### **4.5 Quantidade de Debêntures**

4.5.1 Serão emitidas 47.000 (quarenta e sete mil) Debêntures.

##### **4.6 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário**

4.6.1 O Banco Bradesco S.A. atuará como Banco Liquidante e Escriturador Mandatário das Debêntures.



2031968

#### **4.7 Destinação dos Recursos**

4.7.1 Os recursos obtidos com a Emissão serão integralmente utilizados pela Emissora para reforço de capital de giro e/ou liquidação de obrigações pecuniárias da Emissora e suas subsidiárias.

#### **4.8 Colocação e Procedimento de Distribuição**

4.8.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição e com intermediação do Coordenador Líder, e serão destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, bem como os termos e condições do Contrato de Colocação.

### **CLÁUSULA V DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

#### **5.1. Características Básicas**

##### **5.1.1 *Valor Nominal Unitário***

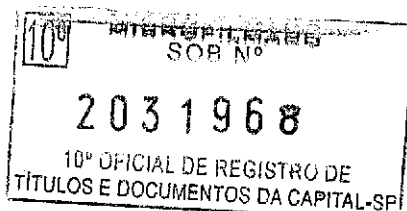
5.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão.

##### **5.1.2 *Data de Emissão***

5.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 29 de novembro de 2013.

##### **5.1.3 *Prazo e Data de Vencimento***

5.1.3.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 29 de novembro de 2018, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas no item 6.5 abaixo, bem como a possibilidade de Resgate Antecipado Facultativo prevista no item 6.2 abaixo.



2031968

#### 5.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

5.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

#### 5.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

5.1.5.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

#### 5.1.6 *Conversibilidade*

5.1.6.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

#### 5.1.7 *Espécie*

5.1.7.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76, e contarão com garantia adicional fidejussória, conforme estabelecido no item 5.11 abaixo.

### 5.2 **Subscrição**

#### 5.2.1 *Prazo de Subscrição*

5.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir do início da distribuição, observado os termos e condições do Contrato de Colocação celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder.

#### 5.2.2 *Preço de Subscrição*

5.2.2.1 As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário.



2031968

### 5.3 Integralização e Forma de Pagamento

5.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP, observado que todas as Debêntures serão integralizadas na mesma data.

### 5.4 Direito de Preferência

5.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

### 5.5 Atualização do Valor Nominal

5.5.1 Não haverá atualização do Valor Nominal das Debêntures.

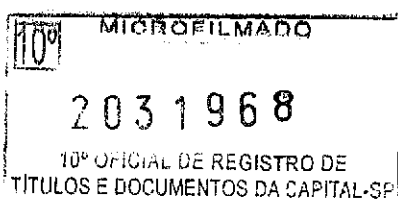
### 5.6 Remuneração

5.6.1 A partir da Data da Integralização, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 109,60% (cento e nove inteiros e sessenta centésimos por cento) da Taxa DI, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data prevista para o seu pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

5.6.2 A Remuneração será paga semestralmente, nos dias 29 de maio e 29 de novembro de cada ano ou no primeiro Dia Útil subsequente caso o mesmo não seja Dia Útil, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será devido em 29 de maio de 2014 e o último pagamento na Data de Vencimento.

5.6.3 A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = V_{ne} \times (\text{Fator DI} - 1)$$



2031968

onde:

“J” corresponde ao valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

“Vne” corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

onde:

“n<sub>DI</sub>” corresponde ao número total de Taxas DI consideradas na atualização do ativo, sendo “n<sub>DI</sub>” um número inteiro;

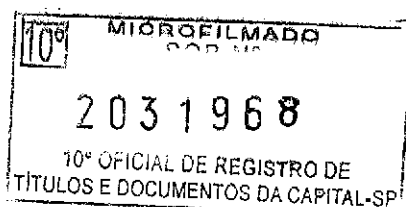
“p” 109,60 (cento e nove inteiros e sessenta centésimos);

“TDI<sub>k</sub>” corresponde à Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

“DI<sub>k</sub>” corresponde à Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.





2031968

5.6.3.1 O cálculo da Remuneração acima está sujeito às seguintes observações:

- i) o fator resultante da expressão  $\left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{P}{100} \right) \right]$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{P}{100} \right) \right]$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator Juros" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- iv) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

5.6.4 Observado o quanto estabelecido no item 5.6.5 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

5.6.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro Dia Útil subsequente ao prazo de 15 (quinze) dias acima, Assembleia Geral de Debenturistas para estes definirem, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a



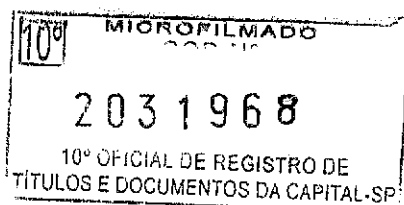
203 1968

mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

5.6.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.

5.6.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva, na AGD realizada conforme o item 5.6.5 acima, entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito o Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data de encerramento da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida entre:

- (i) resgate antecipado, pela Emissora, e consequente cancelamento antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos da Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, inclusive, e consequente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da última data de pagamento da Remuneração, exclusive, conforme o caso, e sem a incidência de qualquer prêmio de resgate. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida; ou
- (ii) resgate antecipado, pela Emissora, e consequente cancelamento da totalidade das Debêntures em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento, e as amortizações originalmente programadas das Debêntures previstas nesta Escritura. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a



2031968

amortização integral das Debêntures, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

## 5.7 Repactuação

5.7.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

## 5.8 Amortização Programada

5.8.1 O Valor Nominal Unitário será amortizado em 4 (quatro) parcelas anuais, iguais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida ao final do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, isto é, em 29 de novembro de 2015, e a última na Data de Vencimento, conforme tabela abaixo, salvo as exceções previstas nesta Escritura:

PARCELA	DATA DA AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL AMORTIZADO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO
1	29 de novembro de 2015	25,0000%
2	29 de novembro de 2016	25,0000%
3	29 de novembro de 2017	25,0000%
4	29 de novembro de 2018	25,0000%

## 5.9 Condições de Pagamento

### 5.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

5.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pelo Banco Liquidante.

5.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou



203 1968

isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Escriturador Mandatário a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação não poderá ser imputada qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

#### 5.9.2 *Prorrogação dos Prazos*

5.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

#### 5.9.3 *Encargos Moratórios*

5.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora ou pela Garantidora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

#### 5.9.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

5.9.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 5.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período



2031968

relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

## **5.10 Publicidade**

5.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOESP e no jornal "Brasil Econômico", bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – internet ([www.construtoracamargocorreia.com.br](http://www.construtoracamargocorreia.com.br)), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os titulares de Debêntures e ao Agente Fiduciário.

## **5.11 Garantia Fidejussória**

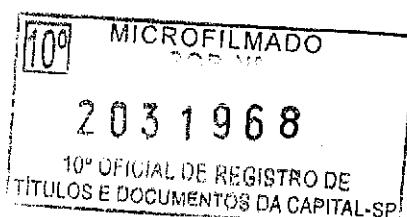
5.11.1 Como garantia do fiel e pontual adimplemento dos Valores Garantidos, a Garantidora presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadora e principal responsável pelo pagamento dos Valores Garantidos, conforme os termos e condições abaixo delineados.

5.11.2 Em consonância com o artigo 12, X, do Estatuto Social da Garantidora, a Garantia Fidejussória foi previamente aprovada pela RCA da Garantidora.

5.11.3 A Garantidora declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora dos Valores Garantidos, nos termos da presente Escritura e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

5.11.4 O valor da fiança ora prestada pela Garantidora é limitado aos Valores Garantidos.

5.11.5 Os Valores Garantidos serão pagos pela Garantidora em até 3 (três) Dias Úteis contados da data do recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à





2031968

5.11.11 A Garantia Fidejussória poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação dos Valores Garantidos.

## **CLÁUSULA VI**

### **DA AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO**

#### **6.1 Aquisição Antecipada Facultativa**

6.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela CVM, observados os termos do artigo 13 da Instrução CVM 476/09, conforme o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

#### **6.2 Resgate Antecipado Facultativo**

6.2.1 A Emissora poderá realizar o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, a seu exclusivo critério, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado da Data de Emissão, inclusive, mediante o pagamento do Prêmio descrito no item 6.4 abaixo.

6.2.2 O Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures observará, ainda, o quanto segue:

- (i) Emissora comunicará os Debenturistas acerca da realização do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures por meio de correspondência aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, que conterà as condições do Resgate Antecipado Facultativo, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data definida para a realização do referido resgate, o qual conterà informações sobre: (a) o Prêmio, conforme descrito no item 6.4; (b) a data efetiva para a realização do Resgate



203 196 8

Antecipado Facultativo; (c) o valor do Resgate Antecipado Facultativo; e (d) demais informações eventualmente necessárias;

- (ii) a CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, contendo a anuência do Agente Fiduciário, da realização do Resgate Antecipado Facultativo com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência;
- (iii) a data de Resgate Antecipado Facultativo deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil;
- (iv) na data de realização do Resgate Antecipado Facultativo, a Emissora irá proceder à liquidação do Resgate Antecipado Facultativo, sendo certo que todas as Debêntures que forem objeto do Resgate Antecipado Facultativo serão liquidadas em uma única data; e
- (v) no caso das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP, a liquidação do Resgate Antecipado Facultativo se dará mediante depósito a ser realizado pelo Banco Liquidante nas contas-correntes indicadas pelos Debenturistas; no caso das Debêntures que estejam custodiadas no Cetip21, os eventos, conforme o caso, seguirão os procedimentos da CETIP.

6.2.3 O Resgate Antecipado Facultativo será total e realizado mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, além de prêmio, a ser calculado na forma do item 6.4 abaixo.

6.2.4 As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser por ela canceladas.

### 6.3 Amortização Extraordinária Facultativa

6.3.1 A partir do 25º (vigésimo quinto) mês contado da Data de Emissão, inclusive, a Emissora poderá realizar a Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures, a seu exclusivo critério, mediante aviso prévio por escrito aos Debenturistas,





Figure 1 consists of six sub-diagrams labeled (a) through (f). Each diagram shows a rectangular domain with a central square hole. (a) shows a simple rectangular domain with a central square hole. (b) shows a rectangular domain with a central square hole and a smaller square hole inside it. (c) shows a rectangular domain with a central square hole and a smaller square hole inside it, with a different internal structure. (d) shows a rectangular domain with a central square hole and a smaller square hole inside it, with a different internal structure. (e) shows a rectangular domain with a central square hole and a smaller square hole inside it, with a different internal structure. (f) shows a rectangular domain with a central square hole and a smaller square hole inside it, with a different internal structure.

**6.3.6** A CETIP deverá ser comunicada da realização do resgate total e/ ou amortização antecipada das Debêntures com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para sua realização.



2031968

#### 6.4 Prêmio

6.4.1 O prêmio aplicável em decorrência do Resgate Antecipado Facultativo e da Amortização Extraordinária Facultativa, conforme itens 6.2 e 6.3 acima, respectivamente, será calculado de acordo com a seguinte tabela:

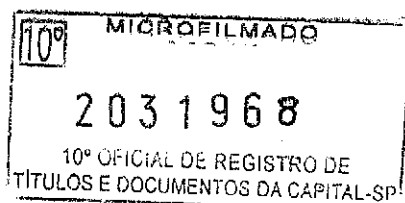
MÊS DE RESGATE ANTECIPADO - A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO	PRÊMIO
Entre o 25º e o 36º mês (inclusive)	0,20% (vinte centésimos por cento)
Entre o 37º e o 48º mês (inclusive)	0,10% (dez centésimos por cento)
Após o 49º (inclusive)	Não há

6.4.2 Os valores relativos ao Prêmio deverão ser pagos simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Extraordinária Facultativa, conforme o caso, e incidirão sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário a ser resgatado ou amortizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, nos termos desta Escritura.

6.4.3 O pagamento do Prêmio poderá ser alterado ou dispensado por Debenturistas reunidos em AGD, desde que atingido o quórum de, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação.

#### 6.5 Vencimento Antecipado

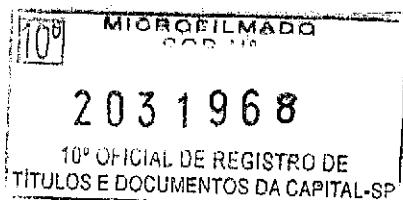
6.5.1 O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, observado o disposto no item 6.5.2 abaixo, todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures, e exigirá da Emissora o pagamento em até 1 (um) Dia Útil do saldo devedor do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos



203 1968

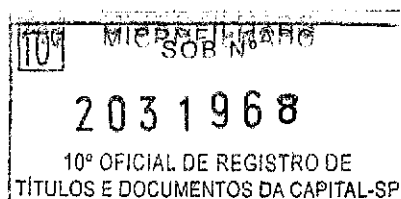
Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, na data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- (i) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Garantidora no âmbito da Emissão;
- (ii) não pagamento pela Emissora e/ou Garantidora de qualquer obrigação pecuniária devida aos titulares das Debêntures, por período superior a 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo descumprimento;
- (iii) descumprimento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas na Escritura, não sanadas no prazo de 30 (trinta) dias da comunicação do referido descumprimento;
- (iv) inadimplemento, sem prejuízo dos prazos para seu saneamento previstos nos respectivos instrumentos, ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora e/ou da Garantidora em valor individual ou agregado superior a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) sem a devida contestação ou comprovação de cumprimento da obrigação considerada inadimplida;
- (v) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora, inclusive decorrente de qualquer alienação, cessão ou transferência, direta de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na perda direta ou indireta, pelos atuais acionistas controladores, do poder de controle da Emissora, conforme definido na Lei nº 6.404/76, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembleia geral de debenturistas, excetuando-se, contudo, qualquer transferência do controle direto ou indireto da Emissora em que a sociedade(s) sucessora(s) seja(m) controlada(s) direta ou indiretamente pela Camargo Corrêa S.A ou por empresa que venha a substituí-la como *holding* do grupo econômico da Emissora;



DUPLICATA  
12 11 10

- (vi) alienação, cessão ou transferência, por qualquer meio, de ações do capital social da Garantidora detidas pela Emissora, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembleia geral de debenturistas;
- (vii) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, bem como da Garantidora, com valor unitário ou agregado de, no mínimo, R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário salvo se (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (b) for cancelado, ou, ainda, (c) forem prestadas pela Emissora e aceitas pelo Poder Judiciário garantias em juízo;
- (viii) uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em nome da Emissora que, em conjunto ou isoladamente resulte ou possa resultar, em obrigação de pagamento pela Emissora ou da Garantidora de valor unitário superior a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) ou agregado superior a R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), para as quais não tenha feito provisão para pagamento;
- (ix) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de autofalência ou decretação de falência, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora e/ou Garantidora, suas controladoras ou por qualquer uma de suas controladas;
- (x) autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, de valor individual ou agregado superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), exceto por aquelas que estejam sendo contestadas pela Emissora de boa-fé nas esferas judicial e/ou administrativa e que não afetem a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura;
- (xi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei nº 6.404/76;



- DOCUMENTO  
203 1968
- (xii) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora ou da Garantidora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
  - (xiii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou Garantidora das obrigações a serem assumidas na Escritura;
  - (xiv) declaração de nulidade, inexecutibilidade ou ineficácia da Garantia Fidejussória prestada pela Garantidora por sentença judicial transitada em julgado, sem que haja uma substituição por outra garantia aprovada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; e
  - (xv) caso a Emissora e/ou a Garantidora esteja(m) em mora com as obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, e delibere ou distribua dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora e/ou da Garantidora, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

6.5.2 A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (ii), (iii) (iv), (vii), (viii), (ix) e (xi) do item 6.5.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta ao respectivo detentor e de qualquer aviso ou notificação à Emissora, desde que respeitados os prazos estabelecidos em cada uma das alíneas do item 6.5.1 acima, devendo a Emissora ser notificada nos termos do item 6.5.4.

6.5.3 Tão logo o Agente Fiduciário tome ciência dos eventos listados nas alíneas (i), (v), (vi), (x), (xii), (xiii), (xiv) e (xv) do item 6.5.1 acima, convocará imediatamente Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar no prazo de 15 (quinze) dias da data de convocação, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado de todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir da Emissora o pagamento integral do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração, dos Encargos Moratórios, se houver, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos, calculados *pro rata temporis* até a data do pagamento das Debêntures declaradas vencidas.



2031968

6.5.3.1 Na hipótese de, na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item anterior, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação deliberarem pelo vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o pagamento, em até 1 (um) Dia Útil contado de tal declaração, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, acrescidos da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

6.5.4 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (a) à Emissora e à Garantidora, com cópia para CETIP, e (b) ao Banco Liquidante.

6.5.5 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu resgate deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados do protocolo da carta mencionada no item 6.5.4 acima. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

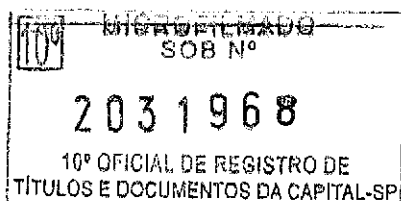
6.5.6 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

6.5.7 Os valores mencionados nas alíneas da cláusula 6.5.1 deverão ser atualizados anualmente pela variação percentual acumulada do IGP-M, a partir da Data de Emissão.

## CLÁUSULA VII

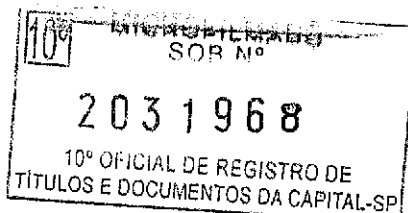
### DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

7.1 Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora assume as obrigações a seguir mencionadas:



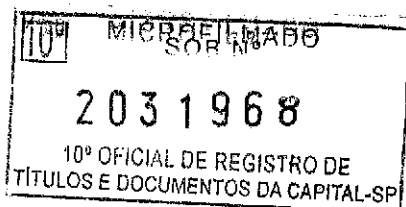
(i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- (a) dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e (2) declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (b) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário a expensas da Emissora), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da solicitação, a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
- (c) dentro de 30 (trinta) dias corridos após sua realização, (1) notificação da convocação, se houver, de qualquer Assembleia Geral de Acionistas ou Reunião do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, da Emissora, incluindo a data da assembleia ou reunião e a ordem do dia; e (2) cópias das atas de todas as Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração da Emissora;
- (d) dentro de 10 (dez) Dias Úteis da data de seu envio aos Debenturistas, cópia de todas as cartas e comunicados enviados;
- (e) cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor equivalente a, no mínimo, R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), em até 10 (dez) Dias Úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada da respectiva cópia destes,



sendo reajustado o valor acima referido, desde a Data de Emissão, pelo IGP-M; e

- (f) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 6.3 acima no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis após a sua ocorrência;
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
- (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (iv) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 9 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (v) cumprir todas as determinações da CVM, enviando documentos exigidos por todas as leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (vi) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (vii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (viii) cumprir todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos exceto (a) com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos e de boa-fé; e (b) na medida em que o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não possa razoavelmente resultar em um Efeito Adverso Relevante;





- (ix) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- (x) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- (xi) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário e do Banco Liquidante;
- (xii) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, quais sejam:
  - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e com a regulamentação da CVM;
  - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores ([www.construtoracamargocorreia.com.br](http://www.construtoracamargocorreia.com.br)), dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores por um prazo de 3 (três) anos;
  - (e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358/02, em especial ao dever de sigilo e vedações à negociação;



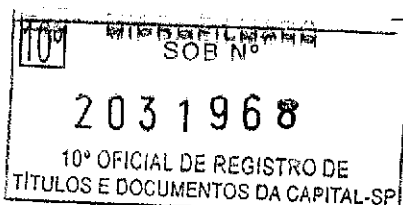
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores ([www.construtoracamargocorreia.com.br](http://www.construtoracamargocorreia.com.br)) a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder da Oferta Restrita e ao Agente Fiduciário; e
- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- (xiii) exclusivamente para a Garantidora, atender os seguintes índices financeiros, calculados semestralmente com nas demonstrações financeiras dos últimos 12 (doze) meses:
- (a) quociente entre Patrimônio Líquido e Ativo Total superior a 0,30 (trinta centésimos); e
- (b) quociente entre Endividamento e Patrimônio Líquido inferior a 1,5 (um inteiro e cinco décimos).

7.1.1 Para fins do item 7.1 (viii) acima, “Efeito Adverso Relevante” significa qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, ou alteração ou efeito sobre a Emissora, considerados em conjunto, que, a critério fundamentado e de boa-fé dos Debenturistas, modifique adversamente a condição econômica, financeira, jurídica ou de qualquer outra natureza da Emissora, de modo a afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes dos documentos da Oferta, da Emissão e/ou da Oferta.

7.1.2 Para fins do item 7.1 (xiii) acima, “Endividamento” significa a soma entre o passivo circulante e o passivo não circulante.

7.2 A Garantidora se obriga a fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- (i) dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhada de parecer dos auditores independentes;



- (ii) informações sobre quaisquer descumprimentos da Garantidora, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento de tal descumprimento; e
- (iii) quaisquer informações que o Agente Fiduciário julgar necessário sobre o cumprimento, por parte da Garantidora, das suas obrigações nesta Escritura, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário.

### CLÁUSULA VIII DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 O Agente Fiduciário é nomeado como agente fiduciário desta Emissão e expressamente a aceita para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

8.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário.

8.2.1 A assembleia a que se refere o parágrafo anterior poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Se a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do termo final do prazo referido no item 8.2, caberá à Emissora efetuar-la.

8.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente este fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.



2031968

8.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia especialmente convocada para esse fim.

8.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

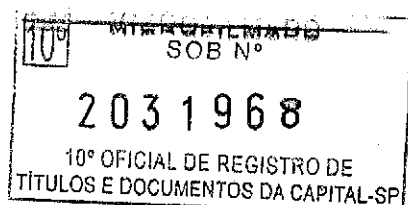
8.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

8.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

8.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

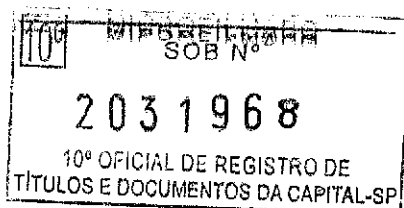
8.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;



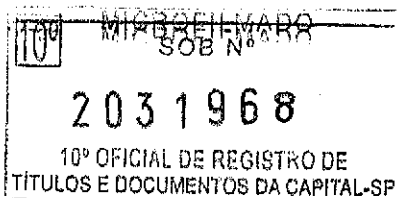
2031968

- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, observado critério de razoabilidade, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (ix) solicitar, desde que comprovadamente necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (x) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 5.10 acima.;
- (xi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CETIP, no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 15 (quinze) dias, cópia da ata da referida Assembleia;



2031968

- (xii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (f) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (g) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
  - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
  - (j) declaração sobre a suficiência e exequibilidade da Garantia Fidejussória.
- (xiii) disponibilizar o relatório de que trata o item acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:





**8.4** O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- (ii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iii) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora.

**8.5** O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 8.4 (i) e (ii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos Debenturistas em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 8.4 (iii) acima.

8.6 Será devido ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, o valor anual de R\$6.000,00 (seis mil reais), pagos no dia 22 de novembro de cada ano (ou no Dia Útil subsequente, caso o dia 22 de novembro não seja Dia Útil), sendo que a primeira parcela será devida no dia 22 de novembro de 2013. A remuneração do Agente Fiduciário será reajustada a cada período de 12 (doze) meses consecutivos de prestação de serviços, aplicando-se o índice da variação acumulada do IGP-M ocorrida nos 12 (doze) meses anteriores ao da aplicação do reajuste ou, na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata temporis*. Caberá à Emissora a responsabilidade pela retenção e recolhimento, nos prazos legalmente estabelecidos e em favor dos respectivos órgãos arrecadadores, dos tributos incidentes sobre a remuneração bruta devida.





2031968

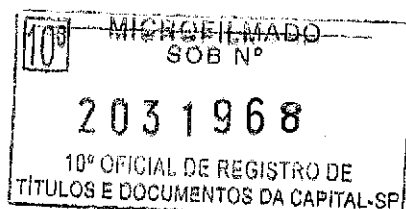
8.6.1 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

8.6.2 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que será indicada pelo Agente Fiduciário à Emissora com no mínimo 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência à data do pagamento.

8.6.3 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas e com anuência da Emissora.

8.6.4 Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a subscrição, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional correspondente a R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado a (a) assessoria aos titulares das Debêntures, (b) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os titulares das debêntures, (c) a implementação das consequentes decisões dos titulares das Debêntures e da Emissora, e para (d) a execução das garantias ou das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado.

8.6.5 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor devido;



01.11.10

8.6.6 A remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não inclui o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

8.6.7 Adicionalmente, a remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, quais sejam: reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadas, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização entre outros, que deverão ser comprovadas para serem reembolsadas.

8.7 Sem prejuízo do disposto no item 8.6 acima, a Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, razoável e comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. Referido ressarcimento será efetuado em 10 (dez) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

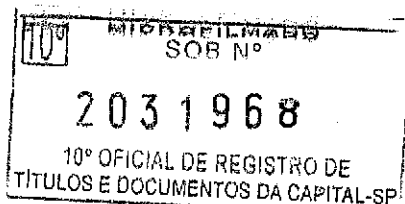
## CLÁUSULA IX DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2 Aplica-se à AGD, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre Assembleia Geral de Acionistas.

9.3 A AGD pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

9.3.1 A convocação da AGD se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes no jornal de grande circulação utilizado pela Emissora para a divulgação de seus atos, conforme previsto no item 5.10.1 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da



Year	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099
1990	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100										

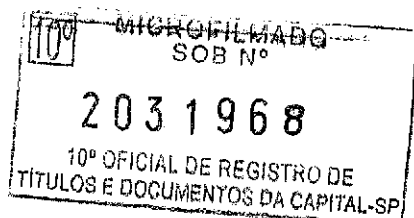
9.8.1 A alteração dos quóruns qualificados previstos na presente Escritura dependerão da aprovação da totalidade das Debêntures em Circulação.

**10.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:**



203 1968

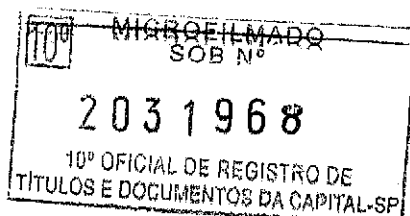
- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura;
- (vii) aceita integralmente esta Escritura, suas cláusulas e condições;
- (viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (ix) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (x) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (xi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83;



- (xii) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (xiii) para os fins do disposto no artigo 10, da Instrução CVM nº 28/83, que atualmente atua em outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora;

Emissora:	<b>INTERCEMENTE BRASIL S/A</b>
Emissão:	2ª Emissão
Valor da emissão:	R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais).
Quantidade de debêntures emitidas:	150.000 (cento e cinquenta mil)
Espécie:	As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional.
Prazo de vencimento:	Prazo de vencimento de 10 (dez) anos a contar da Data de Emissão (a data da emissão das Debêntures será a Data de Primeira Subscrição e Integralização )
Garantias:	(i) Garantia Fidejussória
Eventos de resgate:	Aplicável, nos termos da cláusula 6.1
Amortização:	6 (seis) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira parcela paga no 60º (sexagésimo) mês contado da Data de Emissão e a última parcela paga na Data de Vencimento
Conversão:	Não conversível em ações
Repactuação:	Não se aplica
Inadimplemento:	A Emissora encontra-se adimplente com suas obrigações

Emissora:	<b>Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – Viaoeste S.A</b>
Emissão:	3ª Emissão
Valor da emissão:	R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais)
Quantidade de debêntures emitidas:	150.000 (cento e cinquenta milhões)
Espécie:	Subordinada
Prazo de vencimento:	Prazo de 4 (quatro) anos, vencendo-se em 20/02/2015
Garantias:	Não existem garantias adicionais



Eventos de resgate:	<u>Facultativo:</u> As debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente pela emissora, em sua totalidade, desde que o agente fiduciário e os debenturistas sejam notificados, por escrito, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência.
Amortização:	Semestral, sendo o primeiro pagamento em 20/02/2012
Conversão:	Não conversível em ações
Repactuação:	Não se aplica
Inadimplemento:	A emissora encontra-se adimplente com suas obrigações.

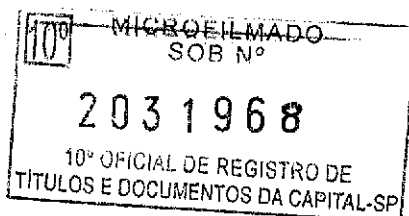
- (xiv) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28/83, tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões de debêntures indicadas na alínea acima, bem como aos Debenturistas da presente emissão.

## CLÁUSULA XI

### DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

11.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- (i) é companhia validamente constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em



qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto pelo indicado na Cláusula 3 desta Escritura;
- (vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- (viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares; e
- (ix) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes à condução de seus negócios.

11.2 A Garantidora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- (i) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida;
- (ii) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais seja parte, nem irá resultar em:
  - (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre quaisquer de seus ativos ou bens, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (iii) exceto pelo arquivamento da RCA da Garantidora na JUCESP, nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação adicional



aos já concedidos é exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos desta Escritura; e

- (iv) nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil, as obrigações assumidas na Garantia Fidejussória constituem obrigação legal, válida e vinculativa, exequível de acordo com os seus termos e condições, e assumir tais obrigações não irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contratos ou instrumentos celebrados pela Garantidora; ou (b) rescisão de qualquer contratos ou instrumentos celebrado pela Garantidora.

11.3 A Emissora se compromete a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

## CLÁUSULA XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- i) Para a Emissora:

**Camargo Corrêa Construções e Participações S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1663 – 7º, 8º e 9º andares (parte)

01452-001 - São Paulo - SP

At.: Maurício Neri Godoy

Telefone: (11) 3787-4171

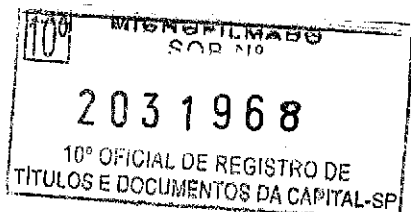
Fax: (11) 3787-4171

Correio eletrônico: mauricio.godoy@camargocorrea.com

- ii) Para a Garantidora:

**Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.,**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 6º andar





DUPLICATA  
22 11 10

01452-001 - São Paulo - SP

At.: Maurício Neri Godoy

Telefone: (11) 3787-4171

Fax: (11) 3787-4171

Correio eletrônico: mauricio.godoy@camargocorrea.com

ii) Para o Agente Fiduciário:

**Planner Trustee DTVM Ltda.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar

At.: Viviane Rodrigues / Tatiana Lima

Telefone: (11) 2172-2628 / (11) 2172-2613

Fax: (11) 3078-4264

Correio eletrônico: fiduciário@planner.com.br / vrodrigues@planner.com.br

iii) Para o Escriturador Mandatário:

**Banco Bradesco S.A.**

Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Cidade de Osasco

At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo

Tel.: (11) 3864-7911

Fax: (11) 3684-2852

Correio eletrônico: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.custodiarf@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br

iv) Para a CETIP:

**CETIP S.A. – Mercados Organizados**

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar

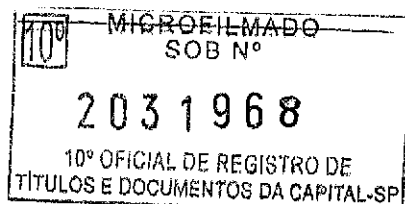
20031-170 – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano



2031968

01452-001 – São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

Correio eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

12.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima. Quando aplicável, os originais dos documentos enviados por fac-símile ou correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora, aplicando-se a mesma regra para as demais partes mencionadas no presente instrumento no que se refere à obrigação de comunicarem a Emissora.

12.2 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.4 Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.5 Esta Escritura, a Fiança e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo



Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

12.6 Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

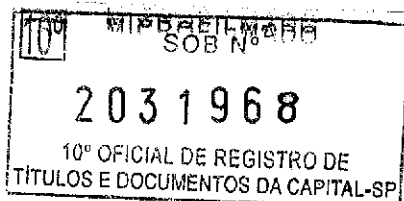
### CLÁUSULA XIII FORO

13.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 13 de novembro de 2013

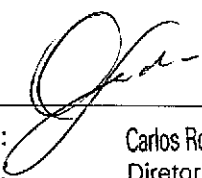
*(assinaturas nas páginas seguintes)*




2031968

(página de assinatura 1/4 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Camargo Corrêa Construções e Participações S.A." celebrado entre Camargo Corrêa Construções e Participações S.A., Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. e Planner Trustee DTVM Ltda., em 13 de novembro de 2013)

**CAMARGO CORRÊA CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.**

  
Nome: Carlos Roberto Ogeda Rodrigues  
Cargo: Diretor Vice-Presidente de Administração e Finanças

  
Nome: Dalton dos Santos Avancini  
Cargo: Diretor Presidente

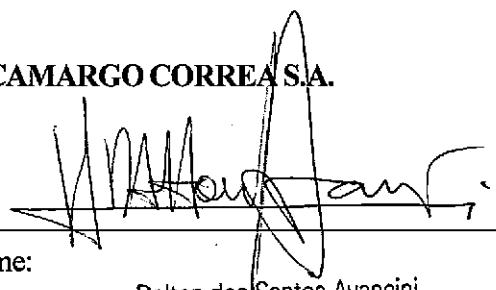


2031968

(página de assinatura 2/4 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Camargo Corrêa Construções e Participações S.A." celebrado entre Camargo Corrêa Construções e Participações S.A., Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. e Planner Trustee DTVM Ltda., em 13 de novembro de 2013)

**CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORREA S.A.**

Nome:   
Cargo: Carlos Roberto Ogeda Rodrigues  
Diretor Vice-Presidente de  
Administração e Finanças

Nome:   
Cargo: Dalton dos Santos Avancini  
Diretor Presidente



(página de assinatura 3/4 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Camargo Corrêa Construções e Participações S.A." celebrado entre Camargo Corrêa Construções e Participações S.A., Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. e Planner Trustee DTVM Ltda., em 13 de novembro de 2013)

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Nome: ANDRÉ MARTINS DE OLIVEIRA Nome:  
Cargo: PROCURADOR Cargo:

Flávio D. Agostoni  
RG: 33.178.830-4



10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 67.976.787/0001-00  
Praça da Sé, 21 - 1º andar - Conj 101 a 108 - Sé - CEP. 01001-000 - São Paulo/SP

Emol.	R\$ 7.829,02	Protocolado e prenotado sob o n. <b>2.031.968</b> em
Estado	R\$ 2.225,10	<b>27/11/2013</b> e registrado, hoje, em microfilme
Ipesp	R\$ 1.648,22	sob o n. <b>2.031.968</b> , em títulos e documentos.
R. Civil	R\$ 412,05	São Paulo, 27 de novembro de 2013
T. Justiça	R\$ 412,05	
Total	R\$ 12.526,44	

Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

Luís Fernando Junqueira Franco - Oficial Designado.  
Erivelton de Oliveira Rodrigues - Escrevente Autorizado



(página de assinatura 4/4 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Camargo Corrêa Construções e Participações S.A." celebrado entre Camargo Corrêa Construções e Participações S.A., Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. e Planner Trustee DTVM Ltda., em 13 de novembro de 2013)

Testemunhas:

1.

Nome:

RG.:

Maria Fernanda de Mello Morgan  
CPF: 300.437.258-48

2.

Nome: CAROLINA GIOVANI SANTOS

RG: 32.730.265-7 SSP/SP

